

Encarregados de educação da Roberto Ivens querem regresso dos manuais em papel

Encarregados de educação da Escola Básica Integrada Roberto Ivens, em Ponta Delgada, vão entregar no Parlamento açoriano, na Sexta-feira, uma petição com cerca de 2.300 assinaturas pelo regresso dos manuais em papel, em paralelo com o uso dos computadores.

Na petição, a entregar na delegação de São Miguel da Assembleia Legislativa dos Açores, os pais e encarregados de educação referem que o objetivo é “reavaliar a atual estratégia de digitalização dos recursos educativos nas escolas açorianas”, com base “em preocupações e experiências observadas por alunos, pais e professores”.

De acordo com a nota de imprensa do grupo de pais, preconiza-se o regresso aos manuais em papel, bem como o “uso dos tablets e computadores como ferramenta de apoio no processo de aprendizagem dos conteúdos programáticos e a realização de exercícios de base multimédia e/ou digital”.

No ano lectivo 2022/2023, no âmbito da estratégia de transição digital, o Governo dos Açores iniciou a desmaterialização



dos manuais escolares, com a disponibilização de manuais digitais para todas as turmas de 5.º e 8.º ano do ensino básico das escolas públicas do arquipélago, substituindo os manuais escolares em livro ou em suporte físico.

Na petição pede-se ainda a elaboração de um plano de ação “para o uso otimizado destes equipamentos nas salas de aulas que envolva os alunos, pais, professores, psicólogos e demais especialistas nestas questões”.

Os autores do documento referem que o seu “ponto de partida foi um inquérito informal em

que participaram alunos, pais e professores de uma turma do 6.º ano da Escola Básica e Secundária Roberto Ivens, depois de um ano lectivo completo e mais um período lectivo de experiência com os manuais digitais, e tentar compreender qual o sentimento geral”.

“A maioria dos alunos revelou que preferiam não continuar a utilizar o tablet na sala de aula”, escrevem, apontando que “é uma fonte de distração (alguns alunos reportaram que jogaram durante as aulas)” e que foi registado o “surgimento de dores de cabeça e

alguns problemas de visão”.

Acresce que o equipamento “é muitas vezes lento, e nem sempre carrega bem”, e apresenta “problemas técnicos ocasionalmente, sendo necessária a intervenção do técnico de informática, perdendo-se tempo na aprendizagem das disciplinas”.

A digitalização dos manuais, lembram os peticionários, “já foi feita noutros países, nomeadamente a Suécia, que implementou esta medida em 2013 e anunciou em 2023 que iria recuar, após alguns anos sucessivos de resultados menos bons nos testes PISA”.

“Sendo este um momento de transição na utilização da tecnologia no nosso dia-a-dia, com a progressiva introdução de tecnologia digital em quase todos os domínios das vidas dos cidadãos, e no que importa ao tema da presente petição – na educação dos jovens –, não defendemos que se elimine uma opção em detrimento de outra”, explicam.

Os peticionários pretendem, antes, “garantir a convivência de ambas”, com uma transição segura para todos os intervenientes (alunos, docentes e famílias).

Empresários alertam para inoperacionalidade do porto de Ponta Delgada

A Direção da Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada - Associação Empresarial das Ilhas de S. Miguel e Santa Maria comunicou ontem que analisou, com o apoio e informação dos seus associados, a situação actual dos transportes marítimos que servem as ilhas de São Miguel e Santa Maria.

Neste âmbito foram analisadas diversas questões sobre a operação no porto de Ponta Delgada, entre as quais a evolução da procura versus a capacidade disponível desta infraestrutura.

Foi constatado “a existência de um número extraordinário de irregularidades na operação, situação com frequência de que não há memória recente, devido a um conjunto diversificado de factores, entre os quais limitações operacionais no próprio porto de Ponta Delgada, o agravamento das condições meteorológicas, algumas que resultaram no fecho das barras dos portos de Lisboa e de Leixões, reordenamento das operações com limitações novas, bem como avarias de equipamentos de mar e portuários”.

Foi considerado “urgente abordar a operacionalidade do porto de Ponta Delgada na medida em que esta infraestrutura tem um impacto relevante na manutenção de uma operação marítima estável, mesmo quando exis-

tem irregularidades operacionais”.

Segundo os empresários, “o porto está cada vez menos capaz de responder às solicitações do mercado, pese embora as obras realizadas e em função de novas normas operacionais. A capacidade operacional está desfasada da capacidade de atracagem, em muitas circunstâncias, prejudicando a competitividade da infraestrutura e de todas as atividades dela dependentes”.

Os empresários dão como exemplo os lugares de estacionamento para viaturas porta-contentores insuficientes para a capacidade marítima instalada; as áreas de controlo oficial põem em causa a fluidez do tráfego no porto; a inexistência de um parque para contentores adequado, dentro ou fora do porto, para otimizar as cargas e descargas.

A Câmara do Comércio constata, perante a análise efectuada, que o porto de Ponta Delgada “é mais uma infraestrutura congestionada, inacabada e relegada para segundo plano, o que penalizando a eficiência e a eficácia das empresas, põe em causa a competitividade da economia dos Açores como um todo”.

E acrescenta: “É imprescindível que as entidades responsáveis garantam a resolução de todas as limitações e ineficiências operacionais identificadas no porto de Ponta



Delgada, pelo que é urgente a nomeação do novo Conselho de Administração da Portos dos Açores e a implementação de um plano de ação urgente”.

“A construção de um segundo molhe para o porto de Ponta Delgada tem sido defendida amiúde por esta Câmara, como forma de garantir a segurança e o crescimento económico a médio-prazo”, afirmam os empresários.

“No curto prazo, urge resolver, rapidamente, todas estas limitações operacionais, para que esta infraestrutura não continue a ser um constrangimento para a competitividade económica e para o crescimento da economia”, sublinham.

“É muito preocupante que a operação marítima dependente do Porto de Ponta Delgada continue com irregularidades e ineficiências operacionais

e que ainda não se saiba quando será retomada a normalidade de operações competitivas”, criticam os empresários de S. Miguel e Santa Maria.

A operação no porto de Vila do Porto na ilha de Santa Maria foi outro dos tópicos analisados de onde se realça “a necessidade urgente de resolver o problema de limitação de calado do porto, situação que põe em causa a eficiência da operação dos navios que operam nesse porto, prejudicando a economia da ilha com mais custos e atrasos na entrega das mercadorias para o mercado da ilha e para a exportação”.

“Tendo os transportes marítimos um impacto transversal e muito relevante na actividade e consequente competitividade das nossas empresas, urge tomar medidas céleres e eficazes para solucionar os problemas identificados”, conclui a CCIPD.